



---

## **PARECER JURÍDICO N.º 04/2024 – SESMA/AJUR**

EMENTA: Análise da possibilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**PROCESSO N.º 01/2024**

### **I. RELATÓRIO**

Versa o presente expediente de solicitação de parecer jurídico no que tange ao procedimento de contratação direta, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei 14.113/2021, para contratação de **AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS DE COVID-19 ANTÍGENO AG PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE-PA**, com o fito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Devidamente instruído, o processo fora remetido a Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de empresa para a aquisição do objeto ora solicitado.

É o relatório.

### **II. FUNDAMENTAÇÃO**

Para subsidiar a decisão administrativa de firmar o contrato de fornecimento, passaremos as considerações sobre a possibilidade jurídica da matéria em exame, consignando que não se está avaliando a conveniência e oportunidade da escolha.

Assim, a presente análise se restringe aos aspectos jurídicos, não levando em consideração outros aspectos administrativo ou econômico.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE ALEGRE  
ASSESSORIA JURÍDICA



Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), *in verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Considerando que a contratação está estimada em valor inferior ao disposto no artigo supracitado, atualizado pelo Decreto n.º 11.871/2023, é forçoso concluir pela possibilidade legal de contratação direta, através de dispensa de licitação, uma vez que, o caso em questão, se amolda perfeitamente nos valores previstos no Artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta com 3 (três) fornecedores. Por derradeiro, recomendo que conste a indicação expressa do valor total estimado da despesa no Termo de Referência, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

A priori o serviço pode ser contratado de forma direta, uma vez que o serviço e o valor orçado estão enquadrados na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, mas é necessário verificar também a formalidade exigida no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 para poder realizar a contratação direta. Passo a análise:

Os autos do processo estão devidamente instruídos com os seguintes documentos:

- I) Pedido de contratação do serviço dos serviços, formalizando a demanda, conforme exigido no art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.
- II) Termo de Referência, onde consta o objeto;
- III) Consta a pesquisa de preços, cumprindo o art. 72 incisos VI e VII da Lei Federal nº 14.133/2021.



- IV) Autorização da autoridade competente, conforme o art. 72, inc. VIII da Lei n. 14.113/2021.

Ressalto que deve ser juntado aos autos a Justificativa para dispensa, cumprindo o art. 72, incisos VI e VII da Lei 14.133/2021.

Destarte, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão **preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos do objeto requisitado, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

#### **DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA DO CONTRATO**

A Lei nº 14.133/2021 instituiu o Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP. Trata-se de um site que reunirá informações sobre todas as licitações e contratos administrativos regidos pela nova lei de licitações, inclusos União, Estados e Municípios, e que também poderá ser utilizado como plataforma para realização das licitações eletrônicas.

O art. 94 estabelece que é condição de eficácia dos contratos administrativos a divulgação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas PNCP. Devendo ser obedecido pelo município.

### **III. CONCLUSÃO**

Assim, observadas as prescrições suscitadas acima, vislumbro de plano a existência de autorização legal para contratação direta do objeto. Sendo assim, a celebração do contrato não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente possível à contratação na forma prevista no artigo 75, inciso II, da Lei nº



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
*PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ*  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE ALEGRE  
ASSESSORIA JURÍDICA



---

14.133/2021. Dessa forma, observadas as prescrições exaradas nesse parecer, opino favoravelmente pela possibilidade de contratação direta do objeto.

**Quanto à minuta do contrato, recomenda-se que a Administração Municipal observe as cláusulas obrigatórias previstas no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.**

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

Monte Alegre/PA 05 de fevereiro de 2024

Rayane Luzia Feijão Picanço  
**Assessora Jurídica**  
OAB/PA 27.757